

Secretário do órgão defende operação com argumento de que o cenário é favorável

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – Depois de nove meses, o Tesouro Nacional voltará a leiloar na terça-feira títulos prefixados da dívida pública mobiliária federal. Será ofertado um lote de R\$ 500 milhões de Letras do Tesouro Nacional (LTN) com prazo de vencimento de um mês, na rolagem global de R\$ 3,5 bilhões. Os outros R\$ 3 bilhões serão refinanciados com Letras Financeiras do Tesouro (LFT) pós-fixadas e com resgate em um ano.

Desde junho do ano passado, o Tesouro Nacional não ofertava papéis prefixados. As incertezas em relação ao futuro da economia brasileira desencadeadas a partir da crise iniciada na Rússia, em 17 de agosto de 1998, levaram os investidores a exigir taxas de juros muito elevadas e prazos curtos, tornando inviável a emissão desses títulos.

O anúncio do lançamento das LTNs ocorreu um dia após o Congresso ter aprovado a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, disse on-

tem que o lançamento dos papéis prefixados no momento em que os juros estão a 45% ao mês tornou-se viável em decorrência das mudanças ocorridas nas últimas semanas na conjuntura do País.

“Além do ajuste fiscal ter sido completado com a aprovação da CPMF, as taxas de câmbio em queda e a revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) criaram um clima favorável para os papéis prefixados”, afirmou.

Na avaliação do Tesouro, o mercado sentia a falta de um papel prefixado que possibilitasse a construção de um consenso sobre as taxas de juros futuras. Ainda segundo Guimarães, o papel prefixado é mais “eficiente e potente”, de acordo com os objetivos da política monetária, porque o Banco Central vai deixar aos poucos de emitir títulos próprios e passar a operar com os pa-

péis do Tesouro. Ele lembrou que o governo trabalha com a trajetória de queda dos juros nominais e reais.

A estratégia do Tesouro Nacional, segundo Guimarães, é a volta gradual ao mercado dos papéis prefixados. “Nossa meta é que toda a dívida mobiliária seja prefixada, porque assim estaria menos sensível à flutuação dos juros”, afirmou o secretário.

Nos planos do Tesouro está também o alongamento do prazo das Letras Financeiras do Tesouro (LFTa), remuneradas pela taxa Selic. Esse é o principal papel utilizado na rolagem da dívida pública federal.

Antes, contudo, será preciso superar uma dificuldade: a ausência de um consenso sobre as taxas futuras de juros. “Depois de nove meses, esse é um mercado que precisa ser reconstruído”, disse o secretário.

Guimarães anunciou que o Tesouro não mais ofertará ao mercado os títulos híbridos NTN-S. “Eles já cumpriram o seu papel, que foi preparar o mercado para a volta dos prefixados”, comple-

tou. Esses papéis (NTN-S), que foram vendidos entre dezembro do ano passado e fevereiro deste ano, tinham a remuneração composta de juros pós e prefixados.

Desde 1995, o Tesouro vem colocando de forma sistemática papéis prefixados para refinarçar a dívida mobiliária federal. Daquele

período para frente, os prazos – inicialmente em três meses – foram sendo alongados até dois anos em outubro de 1997. A crise asiática fez com que esse perfil da dívida em títulos retrocedesse e, diante da resistência do mercado em comprar papéis com prazos de vencimento mais longos, o Tesouro passou a ofertar títulos com duração de três meses. Com a melhoria do cenário no início de 1998, o prazo foi aumentado para seis meses, chegando a um ano, em maio passado.

A crise russa e suas consequências na economia brasileira interromperam essa trajetória de alongamento dos papéis do Tesouro e tornaram inviáveis a colocação dos títulos prefixados. Foi mantida a LFT até dezembro de 1998, quando o governo optou por colocar a NTN-S.

■ Mais informações na pág. 3

Tesouro vai tentar vender títulos prefixados